

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Símbolo Silente

Congresso Nacional

Interrompida pelo recesso constitucional de julho, a primeira sessão legislativa da nova legislação será retomada neste 1 de agosto sem que a opinião pública percebesse a ausência do Congresso.

A localização em Brasília, onde o Poder Legislativo está fisicamente mais bem instalado, concorreu sem dúvida para que nenhuma falta se sentisse de sua presença em trinta dias repletos de notícias ruins, de emanações múltiplas da crise traumatizante em que mergulhou o Brasil. A causa, no entanto, não pode ser somente esta.

Do Poder Legislativo, o povo brasileiro se habituou a pensar em termos de ausência mesmo quando as duas Casas que o compõem se encontram abertas e em pleno funcionamento. No curso de quase 15 anos, com raros lapsos de tempo de exceção, estarem abertas as Casas parlamentares nada significou para a sociedade brasileira, conformada ou silenciada ante o fato consumado da vigência de Atos Institucionais que davam ao Chefe do outro Poder a faculdade de abri-las ou fechá-las quando bem entendesse, sem incorrer em um dos crimes de responsabilidade enumerados pela Constituição: atentar contra o funcionamento do Legislativo.

Esse crime foi posto na Constituição de 46 para conter, por hipótese, a mão de quem, como Getúlio em 37, avançasse para assinar um ato de supressão do Poder Legislativo. O movimento revolucionário de 64, feito na mesma linha de pensamento dos constituintes que sepultaram a Carta do *Estado Novo*, dobrou-se aos mistérios da História e descobriu um meio de contornar o fato delitual pela invenção dos Atos Institucionais e da figura eufemística do recesso.

Do ponto-de-vista do povo, que se limita a assistir ao que lhe é dado como espetáculo, não há muito o que distinguir. A realidade era uma só. O Congresso, de súbito, amanhecia fechado por decreto que tomava o nome repolhudo de Ato Complementar. Tanto fazia que outro Ato o restituísse ao funcionamento pleno, do qual o que o povo tinha de

volta era a parte irritante dos parlamentos em toda parte: a incontinência verbal que se adquire nas instituições que exteriormente vivem da palavra e intimamente dela precisam como instrumento insubstituível de expressão. Daí a concluir que as Casas parlamentares não são mais do que isto, a distância é pequena; tanto menor quanto maior é o empenho do Executivo em excluí-las do processo decisório nacional para conservá-las apenas como símbolo — como marca visível do sistema democrático.

Durante o mês de julho, falou-se de tudo o que a crise sugere. A nação deu os sinais mais vivos de sua angústia, a inflação quebrou recordes, os preços escalaram os gráficos estatísticos, as chuvas flagelaram os Estados mais aquinhoados da Federação; o Presidente da República submeteu-se a uma cirurgia que o obrigou a passar a Chefia do Governo, em meio a boatos desvaireados, a seu substituto constitucional.

Embora a licença para a viagem presidencial houvesse sido previamente votada pelo Congresso, para cumprir-se uma formalidade constitucional, o único nome que não se ouviu em todo o mês de julho foi o que designa o conjunto das duas Casas legislativas. Se estivesse aberto, seria o mesmo. O Congresso está completamente afastado da estrutura estatal do Governo. Esvaziou-se, apesar de renovado pela eleição popular de novembro. Perdeu a capacidade de influir, ainda que indiretamente, nas decisões nacionais.

Mas a ninguém terá escapado que o povo deixou de ouvir o seu nome com uma segurança que não tinha enquanto imperavam os Atos Institucionais. Silencioso, o Congresso estava presente. Ainda que apenas símbolo, todos intuem que sem ele o mesmo silêncio de julho fica prenhe de significações sinistras e representa a supressão das liberdades, como da dignidade nacional.

O Congresso precisa, entretanto, aprender a impor-se pelo comportamento adequado ao Poder que teoricamente é, para que de fato venha a ser em futuro não muito distante.